



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

TARDE

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas para a marcação das alternativas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da resposta da questão discursiva para o caderno de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados na folha para a marcação das respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha para a marcação das respostas das questões objetivas e/ou em seu caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade, e, em caso de erro, não será permitida a substituição da folha de respostas e/ou do caderno de textos definitivos
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

“Trancado na parte de cima do armário, podia ver pela fresta entre as portas o homem que entrara no quarto: era baixo, gordo e com muita barba, malcuidada. Trazia na mão um tipo de revólver estranho, que eu desconhecia... Algumas vezes eu o perdia de vista, pois pelas frestas estreitas não era possível ver todo o quarto”.

Nesse texto, a descrição dos objetos da cena é prejudicada pelas seguintes limitações do observador:

- (A) limitação física e limitação psicológica;
- (B) limitação psicológica e limitação do próprio objeto;
- (C) limitação do objeto e limitação de conhecimento;
- (D) limitação de conhecimento e limitação física;
- (E) limitação psicológica e limitação de posicionamento.

2

O segmento narrativo abaixo que NÃO mostra qualquer interferência do narrador no que é narrado é:

- (A) Os bons alunos entraram na sala rapidamente, escolhendo as carteiras mais favoráveis, próximas ao professor, para que não perdessem as valiosas explicações;
- (B) Os agricultores retiraram as pragas das plantas, regaram o terreno e procuraram descobrir onde se localizavam as tocas dos gambás que comeram as frutas na noite anterior;
- (C) Os meninos, ansiosos, seguiam a história que lhes era narrada pelo avô, torcendo para que o bravo herói escapasse dos perigos;
- (D) As minas, cuidadosamente espalhadas pelo terreno, certamente causariam muitas mortes no exército inimigo;
- (E) A faxineira, detalhadamente instruída pela dona da casa, procurou retirar todas as marcas da parede e dos móveis, certa de que isso agradaria aos patrões.

3

A oração adversativa abaixo sublinhada que estabelece entre os segmentos indicados uma relação de real oposição é:

- (A) Sejam numerosas as tuas relações, mas os teus conselheiros, um entre mil;
- (B) Não é sábio quem sabe muitas coisas, mas quem sabe coisas úteis;
- (C) A beleza é uma letra que se vence à vista, mas a sabedoria tem o seu vencimento a prazo;
- (D) Muitos recebem conselhos, mas só os sábios os aproveitam;
- (E) Os sábios descreem, mas os tolos creem.

4

Em todas as frases abaixo há uma locução introduzida pela preposição “sem”; a frase em que a substituição proposta é adequada é:

- (A) É grande loucura querer ser sábio sem auxílio. / isolado;
- (B) A alma sem objetivo perde-se no mundo. / desinteressada;
- (C) Com o roubo ficou completamente sem dinheiro. / carente;
- (D) Estar sem fome é sinal de desequilíbrio físico. / inapetente;
- (E) Um casal sem filhos parece infeliz. / órfão.

5

Sabendo que o texto argumentativo é aquele que apresenta razões para defender ou atacar uma opinião ou tese, com a finalidade de convencer alguém sobre algo, o segmento abaixo que pode ser classificado como argumentativo, pois mostra uma tese e argumentos, é:

- (A) A educação é a chave de todas as portas, como já dizia um sábio latino.
- (B) A Quinta Sinfonia de Beethoven é uma orgia de sons invulgares.
- (C) Quantas pessoas têm bom ouvido para a Literatura, mas que, ao cantar, desentoam.
- (D) Nem sempre os grandes escritores são bons escritores.
- (E) A arte não é uma coisa e sim um caminho.

6

A frase em que a substituição da oração reduzida sublinhada por uma oração desenvolvida de mesmo significado foi feita de forma adequada é:

- (A) Sirvo-me dos animais para instruir os homens. / Sirvo-me dos animais para a instrução dos homens;
- (B) A ave julga prestar um serviço ao peixe ao erguê-lo no ar. / A ave julga que prestou um serviço ao peixe ao erguê-lo no ar;
- (C) A flor não nasceu para decorar a casa, embora o morador pense o contrário. / A flor não nasceu para a decoração da casa, embora o morador pense o contrário;
- (D) Todas as coisas são difíceis antes de se tornarem fáceis. / Todas as coisas são difíceis antes de que se tornassem fáceis;
- (E) A vida que esse povo viveu não o deixou viver. / A vida que esse povo viveu não deixou que ele vivesse.

7

A frase abaixo em que houve troca indevida entre “afim” e “a fim” é:

- (A) A gente distorce a forma a fim de criar espaço;
- (B) O governo não está a fim de recuperar a popularidade;
- (C) O STF não fica a fim do Palácio do Planalto;
- (D) O Congresso não parece a fim de aprovar esse projeto;
- (E) A fim de mudar a lei, todos os partidos se movimentaram.

8

A frase em que as palavras sublinhadas repetidas mostram significados diferentes é:

- (A) No Brasil é igual lá em casa: quem fala não manda e quem manda não fala;
- (B) Uma batalha perdida é uma batalha que se crê perdida;
- (C) A guerra é a guerra dos homens; a paz é a guerra das ideias;
- (D) Nas crises políticas, para o homem honrado, o mais difícil não é cumprir o seu dever e sim saber qual é esse dever;
- (E) Um refugiado africano precisa de menos calorías e menos roupas do que um refugiado de Kosovo?

9

Entre as frases abaixo, aquela que mostra repetição por meio do paralelismo sintático, isto é, a repetição de uma mesma estrutura, é:

- (A) Quando o governo não consegue conciliar governo e povo, nessa hora o governo deve dissolver o povo;
- (B) O inimigo avança, nós recuamos; o inimigo acampa, nós apossamos; o inimigo se cansa, nós atacamos; o inimigo recua, nós perseguimos;
- (C) Dois exércitos que combatem são um grande exército que se suicida;
- (D) O que sabe governar sempre encontra os que sabem obedecer;
- (E) Ainda não é o fim, tampouco o começo do fim, mas é com certeza o fim do começo.

10

A frase abaixo em que houve ERRO no emprego da forma “há”, em lugar de “a”, é:

- (A) Não há nenhuma casa como a nossa;
- (B) Será que não há nada claro e direto na vida, como veem as crianças?
- (C) Sem elegância no coração, não há elegância;
- (D) A casa ficava há uma distância de vinte metros;
- (E) Ainda não encontrei o homem certo, pois há poucos homens bons para muitas mulheres boas.

11

Nas frases abaixo há duas formas sublinhadas, sendo a segunda uma forma abreviada da primeira. A opção em que essa forma abreviada se mostra INADEQUADA é:

- (A) Na cidade havia um estacionamento especial para motocicletas e muitas motos ficavam ali todo o dia;
- (B) Os automóveis foram criados há mais de um século e hoje os autos são uma atração à parte nas cidades;
- (C) Houve uma festança na comemoração do aniversário da cidade e a população vai lembrar-se dessa festa por anos;
- (D) Os filmes que envolvem pornografia são parcialmente proibidos, mas a indústria de filmes pornô continua firme;
- (E) A poliomielite foi extinta no Brasil há alguns anos, mas alguns casos de pólio reapareceram há pouco.

12

Observe a seguinte frase:

“A UERJ é uma grande universidade e está entre as melhores do país, segundo as pesquisas”.

A afirmativa correta sobre os componentes ou estrutura dessa frase é:

- (A) a leitura dessa sigla tanto pode ser feita por soletração como pode ser feita como um vocábulo;
- (B) toda sigla incluída num texto deve ser desenvolvida entre parênteses, colocados após o seu emprego;
- (C) nessa sigla deveriam ser colocados pontos após cada letra maiúscula;
- (D) essa sigla deveria incluir outras letras para torná-la mais facilmente pronunciável;
- (E) caso houvesse necessidade de separação silábica da sigla ao final de uma linha, a única forma possível seria UE-RJ.

13

Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no particípio.

A alternativa que mostra uma forma INADEQUADA de particípio é:

- (A) matar / matado e morto;
- (B) morrer / morrido e morto;
- (C) soltar / soltado e solto;
- (D) suspender / suspenso e suspenso;
- (E) romper / rompido e rupto.

14

Entre as frases abaixo – do livro “A Cidade e as Serras”, de Eça de Queiroz –, aquela em que a forma sublinhada está mal-empregada é:

- (A) “Quando um Sol que não avisto, nunca avistarei, morre de inanição nas profundidades, esse esguio galho de limoeiro, em baixo na horta, sente um secreto arrepio de morte...”;
- (B) “– Então o sr. D. Jacinto?... O sr. D. Jacinto andava lá para debaixo, com o Silvério e com o Melchior, nos campos de Freixomil...”;
- (C) “– Ando aí pelas terras desde o romper de alva! Pesquei já hoje quatro trutas magníficas... Lá embaixo, no Naves, um riachote que se atira pelo vale de Seranda... temos logo ao jantar essas trutas!”;
- (D) “E aqui está o que decidi, depois de pensar. Mandei arranjar tantos caixões de chumbo, quantas as caveiras que se apanharam lá embaixo na Carriça, entre o lixo e o pedregulho”;
- (E) “E não houve mais pássaro que cantasse, e os arroios fugiram para debaixo das ervas, com um lento murmúrio de choro”.

15

Todas as frases abaixo mostram um adjetivo sublinhado; a frase em que esse adjetivo tem valor de qualidade é:

- (A) Trabalhamos com o propósito de tornar nossos produtos obsoletos, antes que nossos concorrentes o façam;
- (B) Quando você contrata pessoas mais inteligentes que você, prova que é mais inteligente que elas;
- (C) O protesto papal ocorreu num momento de turbulência política na Igreja;
- (D) Os processos demorados tiram a credibilidade do sistema judiciário;
- (E) Na inflação capitalista, os preços sobem; na inflação socialista, os produtos somem.

Raciocínio Lógico e Matemático

16

Uma moeda é tal que, a cada vez que ela é lançada, a probabilidade de sair “cara” é igual a $\frac{2}{5}$. Essa moeda é lançada 3 vezes.

A probabilidade de que saia “cara” pelo menos uma vez é:

- (A) $\frac{98}{125}$;
 (B) $\frac{54}{125}$;
 (C) $\frac{50}{125}$;
 (D) $\frac{27}{125}$;
 (E) $\frac{18}{125}$.

17

Sabe-se que o número $N = \frac{3x-18}{4}$ é um número inteiro maior do que 0 (zero) e que x também é um número inteiro maior do que 0 (zero).

A soma dos algarismos do menor valor possível para x é:

- (A) 1;
 (B) 2;
 (C) 3;
 (D) 4;
 (E) 5.

18

Augusto, Breno, Caio e Diego deverão formar uma fila, mas Augusto não quer ser o primeiro e Diego não quer ser o último.

O número de filas possíveis é:

- (A) 8;
 (B) 10;
 (C) 12;
 (D) 14;
 (E) 16;

19

Em um supermercado, uma lata de certo produto foi anunciada com preço em oferta:



O valor do desconto é, aproximadamente, de:

- (A) 45%;
 (B) 54%;
 (C) 60%;
 (D) 64%;
 (E) 69%.

20

Uma fábrica vende seu produto em embalagens de dois tamanhos. Depois de completamente cheias, as menores pesam 6 kg e as maiores pesam 11 kg. Em um transporte, o peso total de várias embalagens cheias foi de 190 kg.

O menor número possível de embalagens transportadas foi:

- (A) 19;
 (B) 20;
 (C) 21;
 (D) 22;
 (E) 23.

Noções de Sustentabilidade

21

Os atos de natureza contratual, firmados entre o Poder Público e os fabricantes, os importadores, os distribuidores ou os comerciantes, com vistas à implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, são denominados:

- (A) acordos setoriais;
 (B) termos de ajustamento de conduta;
 (C) compromissos setoriais;
 (D) acordos de logística reversa;
 (E) termos de responsabilidade de logística reversa.

22

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para promover o desenvolvimento sustentável e mitigar os impactos das mudanças climáticas no Brasil.

Sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima, é correto afirmar que visa à(ao):

- (A) total eliminação da utilização de combustíveis fósseis;
 (B) paralisação das atividades das empresas que não cumpram suas metas de redução de emissão de gases de efeito estufa;
 (C) remoção dos sumidouros de carbono em território nacional;
 (D) estímulo ao desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões;
 (E) proteção prioritária do sistema climático em detrimento do desenvolvimento econômico-social.

23

A emissão excessiva de gases de efeito estufa intensifica o efeito estufa, resultando no aquecimento global e em alterações climáticas, razão pela qual é crescente a pressão global pela redução da emissão de tais gases.

De acordo com o conceito trazido pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), a definição “processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa” corresponde ao conceito de:

- (A) sumidouro;
 (B) mitigação;
 (C) redução de impacto;
 (D) adaptação;
 (E) sequestro de carbono.

24

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) determina, em seu Art. 51, que “[s]em prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às sanções previstas em lei”.

O artigo acima transcrito exemplifica a adoção do princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos conhecido como:

- (A) poluidor pagador;
- (B) princípio da ubiquidade;
- (C) princípio da vedação ao retrocesso ambiental;
- (D) responsabilização subjetiva em matéria de resíduos sólidos;
- (E) responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

25

Os resíduos sólidos urbanos, quando dispostos irregularmente, podem gerar uma série de impactos negativos ao ambiente, como obstrução de vias e logradouros, assoreamento de rios e proliferação de vetores, entre outros.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), os resíduos sólidos urbanos englobam, quanto à origem:

- (A) os resíduos de limpeza de logradouros;
- (B) os resíduos gerados nos serviços de saúde;
- (C) os resíduos gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- (D) o lodo gerado no tratamento da água nas estações de tratamento de água;
- (E) os resíduos gerados nas construções civis, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.

Noções de Direito Administrativo

26

Ao estudar o conceito de Administração Direta e Indireta e suas respectivas características, Gabriel verificou corretamente que:

- (A) todos os entes integrantes da Administração Direta submetem-se ao regime de precatórios;
- (B) todas as entidades integrantes da Administração Indireta têm personalidade jurídica de direito privado;
- (C) todos os entes e entidades da Administração Direta e Indireta têm bens públicos, nos termos da lei;
- (D) todas as entidades integrantes da Administração Indireta adotam o regime do emprego público, ou seja, submetido às leis trabalhistas;
- (E) nenhum ente integrante da Administração Direta tem personalidade jurídica.

27

Diante de uma indagação acerca de em qual situação é possível a convalidação de um ato administrativo eivado de vício, Ribamar, regularmente investido no cargo de técnico judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, respondeu corretamente que tal sanatória voluntária é cabível quando:

- (A) há má-fé dos administrados;
- (B) é verificada a existência de desvio de finalidade;
- (C) o ato administrativo já começou a produzir os seus efeitos;
- (D) é constatada lesão ao interesse público;
- (E) for possível ocasionar prejuízo a terceiros.

28

Caso verifiquem que determinada manifestação de pessoas está se tornando violenta, de modo a colocar em perigo o patrimônio público e a segurança dos indivíduos, as autoridades competentes têm o poder-dever de atuar para debelar tal situação, sem a necessidade de intervenção judicial, com base em determinado atributo do poder de polícia.

O mencionado atributo é:

- (A) a heteroexecutoriedade, que corresponde à possibilidade de impor obrigações aos particulares pela manifestação da própria vontade;
- (B) a exigibilidade, que significa a viabilidade de impor aos administrados a realização de determinadas condutas;
- (C) a autoexecutoriedade, que implica a possibilidade de uso da força e imposição de medida por determinação administrativa;
- (D) a coercibilidade, que implica instrumentos firmados em decorrência do livre acordo de vontade entre as partes;
- (E) a consensualidade, que resulta na possibilidade de levar a efeito os seus próprios atos sem a necessidade de intervenção judicial.

29

Após a prática de conduta que configura ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, na forma do Art. 10 da Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, Wellington, que é servidor federal estável, passou a analisar as penalidades aplicáveis em tal situação, vindo a concluir corretamente que pode ser imposta em tal caso a sanção de:

- (A) cassação definitiva dos direitos políticos;
- (B) multa civil de até cinco vezes o valor do dano ocasionado;
- (C) suspensão de direitos políticos pelo prazo de até doze anos;
- (D) impedimento de ingressar no serviço público, ainda que mediante novo concurso público;
- (E) proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a quinze anos.

30

Maya e Gael se formaram juntos na faculdade de direito e estudavam para concurso público na mesma biblioteca. Ela foi aprovada no certame de técnico judiciário do Tribunal Regional da 1ª Região, enquanto ele passou para advogado de determinada sociedade de economia mista federal.

Considerando que eles estão conversando sobre a possibilidade de acumulação de cargos e empregos públicos, à luz das disposições constitucionais, a conclusão correta alcançada por ambos é no sentido de que:

- (A) tanto Maya quanto Gael podem acumular seus respectivos cargo e emprego com quaisquer outros cargos e empregos públicos da Administração Pública;
- (B) nenhum deles pode acumular seu cargo ou emprego com qualquer outro cargo ou emprego público de advogado na Administração Pública;
- (C) ambos poderiam acumular seu cargo ou emprego com outro emprego público de advogado, mas não com cargo público relativo ao exercício de tal profissão;
- (D) apenas Maya poderia acumular seu cargo com outro cargo público de advogado na Administração Pública;
- (E) somente Gael poderia acumular seu emprego com outro emprego público de advogado na Administração Pública.

31

Dentre as definições constantes da Lei nº 14.133/2021, existe aquela que se refere às atividades “que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto”.

Tal caracterização se refere a serviços:

- (A) de grande vulto;
- (B) regulamentados;
- (C) não contínuos ou contratados por escopo;
- (D) contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- (E) técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

32

Ao estudar o princípio da supremacia do interesse público, à luz do direito administrativo moderno, Cristiane concluiu corretamente que:

- (A) o interesse público primário confunde-se com o interesse público secundário, não sendo possível distingui-los;
- (B) a supremacia do interesse público é um princípio expressamente consagrado na Constituição da República de 1988;
- (C) o interesse público secundário deve prevalecer sobre o interesse privado, ainda que importe em indevida restrição a direitos fundamentais;
- (D) o interesse público e o interesse privado são dicotômicos, sendo inviável alcançar a materialização daquele mediante a garantia dos direitos fundamentais;
- (E) o interesse público primário deve ser considerado o objetivo finalístico da Administração, notadamente para fins de ponderação com direitos fundamentais.

33

Considerando as hipóteses de extinção do contrato administrativo consagradas na Lei nº 14.133/2021, observa-se que há situações em que elas devem ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

É correto afirmar que se enquadra(m) na aludida situação:

- (A) todas as modalidades de extinção previstas na norma em comento;
- (B) apenas as hipóteses de extinção que não estejam previstas na norma em foco;
- (C) somente a extinção decorrente dos meios alternativos de resolução de controvérsias;
- (D) tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração quanto a extinção consensual;
- (E) a extinção determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Noções de Direito Constitucional

34

Determinado ente federativo editou a Lei nº X, assegurando um benefício pecuniário aos seus servidores, o qual seria pago em prestação única àqueles que preenchessem certos requisitos. Pouco meses depois, com a mudança de governo, foi editada a Lei nº Y, revogando a Lei nº X. Nesse momento, Joana percebeu que não tinha formulado o requerimento para a fruição do referido benefício, embora tivesse preenchido todos os requisitos exigidos. Por tal razão, consultou o departamento de recursos humanos sobre a possibilidade de vir a fazê-lo já sob a égide da Lei nº Y.

Foi corretamente esclarecido a Joana que, na perspectiva da Constituição da República, ela:

- (A) tem o direito subjetivo ao benefício, pois preencheria os requisitos exigidos sob a égide da Lei nº X;
- (B) não faz jus ao benefício, pois a Lei nº Y passou a reger todos os requerimentos formulados sob sua égide;
- (C) somente fará jus ao benefício caso haja uma norma de transição na Lei nº Y reconhecendo o seu direito;
- (D) tinha mera expectativa de direito até requerer o benefício, o qual deixou de existir com a superveniência da Lei nº Y;
- (E) pode requerer a fruição do benefício, mas o deferimento, ou não, do requerimento será ato discricionário da autoridade competente.

35

Maria, atleta profissional com destacada atuação em um esporte coletivo, não sabia se a ordem constitucional lhe assegurava alguma proteção em razão de sua participação em eventos desportivos juntamente com sua equipe. Afinal, esses eventos são objeto de transmissão pela mídia televisiva ou radiofônica, tendo valor econômico.

Ao consultar um especialista na matéria, Maria foi corretamente informada de que a Constituição da República:

- (A) dispõe sobre a temática em norma de eficácia plena;
- (B) dispõe sobre a temática em norma de eficácia contida;
- (C) dispõe sobre a temática em norma de eficácia limitada;
- (D) realiza a proteção individual dos direitos autorais, mas não nas participações coletivas;
- (E) somente protege a participação em obras coletivas de natureza intelectual, não em matéria desportiva.

36

João, brasileiro nato e sem nenhuma outra nacionalidade, adquiriu uma convicção filosófica que valoriza a individualidade e é refratário a qualquer submissão ao poder originário de mando que é próprio do Estado de Direito. Por tal razão, formulou pedido de perda da nacionalidade brasileira à autoridade brasileira competente.

O pedido de João, à luz da Constituição da República:

- (A) deve ser acolhido, considerando o caráter disponível da nacionalidade;
- (B) não pode ser acolhido, pois João somente tem a nacionalidade brasileira;
- (C) deve ser acolhido, pois a objeção de consciência é reconhecida pela ordem constitucional;
- (D) pode ser acolhido, ou não, pela autoridade competente, conforme o interesse público subjacente ao pedido;
- (E) não pode ser acolhido, pois a ordem constitucional considera a nacionalidade um direito indisponível, não admitindo pedidos dessa natureza.

37

O Conselho da Justiça Federal (CJF), no exercício de sua competência, tomou determinada decisão a respeito da forma de realização da despesa pública pelos Tribunais Regionais Federais. Em momento posterior, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) adotou entendimento diverso, veiculado em norma geral, a respeito da mesma temática.

Em situações dessa natureza, é correto afirmar que:

- (A) a decisão do CJF deve preponderar;
- (B) a decisão do CNJ deve preponderar;
- (C) deve ser suscitado conflito de competência perante o Supremo Tribunal Federal;
- (D) deve ser suscitado conflito de competência perante o Superior Tribunal de Justiça;
- (E) a decisão do CNJ não é vinculante para os órgãos subordinados ao CJF; logo, não há conflito.

38

Joana era servidora pública federal ocupante do cargo X, tendo alcançado a estabilidade. Em momento posterior, após aprovação em concurso público, deixou o cargo X e foi nomeada para ocupar o cargo Y, também no âmbito da Administração Pública federal. Após alguns meses de exercício funcional neste último cargo, foi informada de que o seu antigo ocupante, João, tivera sua demissão invalidada por sentença judicial transitada em julgado, sendo determinada sua reintegração.

Nesse caso, é correto afirmar que Joana:

- (A) deve ser transferida para outro cargo, com remuneração igual ou superior à do cargo Y;
- (B) pode ser reconduzida ao cargo X, com direito a indenização pelos prejuízos sofridos;
- (C) pode ser posta em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço;
- (D) deve ser transferida para quadro especial, fora da carreira, até que surja uma vaga que possibilite a sua nomeação;
- (E) deve ser exonerada, sem prejuízo de posterior nomeação, caso surja uma vaga no período de validade do concurso público no qual foi aprovada.

39

Determinado ente federativo almejava celebrar ajuste com entes privados, de modo que estes pudessem participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde.

Em razão da dúvida a respeito da natureza do instrumento a ser celebrado, o chefe do Poder Executivo formulou consulta ao procurador-geral do referido ente federativo, sendo-lhe corretamente informado que:

- (A) pode ser celebrado um ajuste sob a forma de convênio;
- (B) deve ser celebrado contrato, de direito público ou privado;
- (C) deve ser celebrado contrato de direito público, preferencialmente com entes sem fins lucrativos;
- (D) deve ser celebrado um instrumento em que haja interesses contrapostos, considerando o pagamento a ser realizado;
- (E) pode ser celebrado contrato de direito público ou convênio, mas apenas com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

40

Pedro, com domicílio no Município X, sede da Comarca Y, decidiu ajuizar uma ação em face de autarquia federal que presta serviços públicos direcionados ao aprimoramento da produção rural. No entanto, a comarca de domicílio de Pedro não é sede de vara da Justiça Federal.

Em situações dessa natureza, é correto afirmar que a referida ação:

- (A) pode ser ajuizada, caso a lei o autorize, perante a Justiça Estadual, na Comarca Y;
- (B) pode ser ajuizada, em razão de previsão constitucional, perante a Justiça Estadual, na Comarca Y;
- (C) deve ser ajuizada, por imperativo constitucional, perante a vara federal que tenha competência no respectivo território;
- (D) pode ser ajuizada, em razão de previsão constitucional, perante a Justiça Estadual, na Comarca Y, ou perante a seção judiciária do Distrito Federal;
- (E) pode ser ajuizada, nos termos da lei, perante a Justiça Estadual, na Comarca Y, ou a Justiça Federal, considerando a vara federal competente na localidade ou no Distrito Federal.

Conhecimentos Específicos

41

Dois agentes de Polícia Judicial estavam debatendo um fato ocorrido no dia anterior na sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Na referida ocasião, uma pessoa havia sido impedida de ingressar nas dependências da Corte pelos agentes de segurança. Argumentou ela, então, que isso violaria a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, mais especificamente o tratamento discriminatório por motivo de raça.

À luz da sistemática da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- (A) a Convenção, muito embora existente, não foi internalizada pelo Brasil ao seu ordenamento jurídico, o que retiraria a base jurídica sobre a qual se sustentou o argumento da referida pessoa;
- (B) o Brasil efetivamente internalizou a Convenção, mas suas disposições são mera carta de intenção, o que significa dizer que o aludido argumento não tem base normativa cogente;
- (C) a Convenção foi internalizada ao ordenamento jurídico brasileiro e suas normas são obrigatórias, comprometendo-se o Brasil a respeitar os direitos e liberdades previstos, o que confere base jurídica ao argumento ventilado;
- (D) a Convenção ingressou no ordenamento jurídico brasileiro, diante do referendo popular ocorrido em 1991, o que tornou aplicáveis suas normas às relações entre particulares, afastando o citado argumento contra o Estado;
- (E) o Brasil internalizou ao seu ordenamento a Convenção e ela é mandatória aos Estados-Partes, inexistindo em seu corpo, no entanto, a proibição específica de discriminação baseada na raça, o que afasta a base jurídica do argumento apresentado.

42

A segurança institucional do Tribunal Regional Federal da 1ª Região possui uma ordem interna que disciplina os trajes das mulheres. As agentes da Polícia Judicial só podem trabalhar de saia abaixo do joelho, sendo expressamente proibido o uso de calças. O tema foi debatido com relação à conformidade da norma com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, especialmente porque se argumentou que a Corte, muitas vezes, tem temperatura muito fria, ficando as agentes longas horas desprotegidas.

Considerando os fatos apresentados e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- (A) a igualdade prevista na Convenção permite o tratamento discriminatório ao impor o uso de saias abaixo do joelho e proibir o uso de calça, com base no sexo;
- (B) o tratamento discriminatório, com base no sexo, e a igualdade visam a salvaguardar a mulher, de modo que, se a calça melhor protege a agente, tal vestimenta não pode ser proibida;
- (C) a igualdade prevista na Convenção autoriza o tratamento discriminatório, independentemente de a desigualdade acabar prejudicando as mulheres, o que dá legitimidade à exigência das saias;
- (D) o tratamento discriminatório, com base no sexo, proibido pela Convenção, visa a tornar a mulher mais igual ao homem, mas a referida ordem interna, por ser infralegal, não deve se conformar com a norma convencional;
- (E) a Convenção não positiva norma sobre igualdade e nem sobre conformidade da norma interna com a convencional, a traduzir que a ordem interna e a imposição de saia não sofrem influência da Convenção.

43

A pena de morte é assunto sempre em voga em países com alto índice de criminalidade violenta. Essa é uma realidade nos países da América. Não raras vezes, a sensação no seio da sociedade é de que, para delitos mais graves, a melhor solução é que seu autor se submeta à sanção penal mais grave.

Sobre a pena de morte e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- (A) admite-se sua previsão de aplicação a qualquer pessoa, inclusive aquela entre 12 e 18 anos, exceto se gestante;
- (B) permite-se sua positivação, se antes o ordenamento a havia revogado, desde que justificada perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
- (C) admite-se somente em caso de crime político, caso previamente tenha sido decretado estado de defesa ou estado de sítio;
- (D) em país que a contempla, sua imposição pode ser efetivada a delitos considerados por lei de média ou alta gravidade;
- (E) existe vedação de sua aplicação se a lei que a contempla foi promulgada depois de o delito ter sido cometido.

44

O estudo dos direitos humanos envolve conhecer um verdadeiro sistema internacional de tutela desses direitos. Em certo aspecto, isso leva ao conhecimento dos precedentes históricos que permitiram a deflagração da internacionalização e universalização dos direitos humanos. Tal fato importou na criação de uma sistemática normativa internacional de proteção dos aludidos direitos. Assim, os precedentes históricos sinalizam a evolução dos direitos humanos.

Com relação aos precedentes históricos, é correto afirmar que:

- (A) o Direito Humanitário se caracteriza por ser o direito que se aplica na hipótese de guerra, fixando verdadeiros limites ao atuar do Estado, no intuito de assegurar o respeito aos direitos fundamentais, visando tanto militares fora de combate, como civis;
- (B) a Convenção da Liga das Nações, anterior à Primeira Guerra Mundial, continha previsões genéricas sobre direitos humanos, não se importando com minorias e condições dignas de trabalho e não atingindo a concepção de soberania estatal absoluta;
- (C) a Organização Internacional do Trabalho, prévia à Primeira Guerra Mundial, buscava fazer com que os Estados-Partes estabelecessem acordos bilaterais, no intuito de assegurar padrões mínimos de proteção aos direitos à saúde, educação e ao meio ambiente;
- (D) uma análise dos precedentes históricos permite afirmar que a intenção era a salvaguarda dos arranjos e concessões recíprocos entre os Estados, ficando em segundo plano a estabilização de obrigações internacionais voltadas à tutela dos direitos humanos;
- (E) a história do século XX mostra que a proteção dos direitos humanos é tema que deve ficar afeto internamente a cada Estado, por ser este o maior interessado na tutela sadia dos seus cidadãos e possuir os melhores mecanismos para salvaguardar a saúde e a vida deles.

45

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 pode ser considerada um marco ético universal e consagra um consenso sobre diversos valores a serem seguidos pelos Estados. Inicialmente, foi aprovada por 48 Estados, sem nenhum voto contrário. Ocorreram oito abstenções.

Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é correto afirmar que:

- (A) prevalece seu caráter restritivo, no sentido de apenas incorporar ao seu texto direitos de segunda dimensão ou geração, considerados aqueles sem os quais o ser humano não desenvolve sua personalidade;
- (B) caracteriza-se principalmente pela particularidade, na medida em que, subscrita apenas por países da Europa Ocidental e Américas, prevaleceu a proteção a pessoas brancas, cristãs e do sexo masculino;
- (C) é marcante a divisibilidade dos direitos, posto ter sido uma opção estratégica cuidar dos direitos tidos como civis e políticos, sem conjugação com os econômicos, sociais e culturais, que necessitariam de um atuar positivo do Estado;
- (D) categoriza-se como uma resolução, adotada pela Assembleia das Nações Unidas, cujo preâmbulo externa o propósito de promover o reconhecimento universal dos direitos humanos e liberdades fundamentais;
- (E) não se qualifica como uma interpretação da expressão direitos humanos, presente na Carta das Nações Unidas, significando, portanto, uma ausência de interrelação entre a Carta e a Declaração.

46

Na execução de um plano de segurança, os agentes atuam em círculos concêntricos em torno da autoridade.

É consenso na doutrina que o primeiro círculo é denominado:

- (A) segurança ostensiva;
- (B) segurança velada;
- (C) segurança aproximada;
- (D) segurança imediata;
- (E) segurança afastada.

47

“O sistema de proteção por hidrantes de parede é o conjunto de canalização, abastecimento de água, válvulas ou registros, colunas (tomadas de água), mangueiras de incêndio, esguichos e meios de aviso e alarme. De acordo com as normas que regulam o tema, esses hidrantes de parede devem ser instalados a cerca de 1 metro do piso e devidamente sinalizados e desobstruídos.

A respeito das mangueiras de incêndio, é correto afirmar que:

- (A) em caso de dificuldade, as juntas podem ser batidas para um melhor encaixe;
- (B) devido a sua resistência, é permitida a passagem de veículos sobre elas;
- (C) para uma melhor utilização, as mangueiras de incêndio podem ser dispostas em ângulo;
- (D) após sua utilização, elas podem ser secadas, enroladas e guardadas no compartimento de origem na parede;
- (E) para fins de conservação, as mangueiras de incêndio devem ser mantidas desligadas dos hidrantes.

48

Sobre os requisitos de sigilo de conteúdos, a Administração Pública Federal, por meio de legislação infraconstitucional, classificou os documentos públicos em três categorias: ultrassecreto, secreto e reservado.

São competentes, dentre outras autoridades, para classificar um documento como secreto:

- (A) aqueles que exerçam funções de direção, nível DAS 101.5;
- (B) aqueles que exerçam funções de assessoramento superior;
- (C) aqueles que exerçam função de chefia, nível DAS 101.4;
- (D) titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista;
- (E) aqueles que exerçam função de comando, nível DAS 101.3.

49

Dentro da doutrina geral de inteligência, existem conceitos que expressam ideias comuns a todos os seus ramos: dado, informação e conhecimento.

Nesse contexto, o termo “conhecimento” expressa:

- (A) um conjunto de dados que possui relevância e aplicação útil, exige unidade de análise e consenso em relação ao seu conteúdo;
- (B) qualquer representação de um fato, passível de estruturação, obtenção, quantificação e transferência, sem exame e processamento;
- (C) a representação de um fato ou situação, real ou hipotético, de interesse para a atividade de inteligência com exame e processamento;
- (D) qualquer situação, comunicação, notícia, documento, registro informatizado, denúncia, entrevista não processada;
- (E) qualquer documento oficial ou não que expressa um fato relevante, independentemente de exame e processamento.

50

A chave para conquistarmos o que queremos numa negociação é garantir que o outro consiga, pelo menos, o mínimo de que precisa para se comprometer com o acordo. Mas, para isso, precisamos de uma visão do que é esse mínimo, e isso exige uma boa dosagem de paciência, persistência e resiliência. O *Rapport* é uma técnica de ancoragem muito utilizada em processos de negociação.

A respeito do *Rapport*, é correto afirmar que o negociador:

- (A) deve aumentar o nível de ordens falando mais rápido e em tom mais alto para controlar a situação;
- (B) deve buscar qualquer coisa que ajude a identificar na outra parte algo peculiar, que possa ser compartilhado pelos dois interlocutores ou que possa ser atrativo por atender interesses mútuos;
- (C) deve representar ações de interesses contraditórios e antagônicos que podem ajudar no processo de negociação se corretamente trabalhadas pelo negociador;
- (D) deve criar um ambiente formal com o objetivo de fazer fluir a negociação com um interlocutor difícil e preocupado com os seus próprios objetivos a serem alcançados;
- (E) não deve utilizá-lo no início das negociações com interlocutores instáveis.

51

A segurança orgânica, em termos gerais, visa a proteger, em caráter passivo e preventivo, os ativos da instituição e é complementada intimamente pela segurança ativa, que tem como objetivo atuar contra:

- (A) as informações;
- (B) as ameaças;
- (C) os vazamentos;
- (D) os desligamentos;
- (E) os sigilos.

52

Terrorismo é a forma de ação que consiste no emprego da violência física ou psicológica, de forma premeditada, por indivíduos ou grupos, apoiados ou não por estados nacionais, com o intuito de coagir um governo, uma autoridade, um indivíduo, um grupo ou mesmo toda a população a adotar determinado comportamento. Há consenso na doutrina quanto às definições de contraterrorismo e antiterrorismo.

A diferença central entre contraterrorismo e antiterrorismo reside no fato de que eles atuam, respectivamente, com:

- (A) ilícitos e irregularidades;
- (B) combate e prevenção;
- (C) informação e desinformação;
- (D) motivação e desmotivação;
- (E) tempo e espaço.

53

“Um Plano de Segurança Orgânica (PSO) é um documento que visa orientar os procedimentos de interesse da Segurança Orgânica. A adoção de medidas de segurança, sem a necessária análise dos riscos e dos aspectos envolvidos, poderá causar o comprometimento, decorrente de sua insuficiência ou inadequação.”

Na doutrina, há o entendimento comum de que o PSO será resultado de um processo harmônico e integrado, depois de percorridas as seguintes fases:

- (A) situação, missão, desenvolvimento, execução, comando, controle e prescrições diversas;
- (B) estudo de caso, discussão, alinhamento, treinamento, acompanhamento e conclusão;
- (C) contexto, análise de situação, processo de avaliação de risco, linhas de ação e decisão;
- (D) estudo de situação, decisão, elaboração do plano, implantação do plano e supervisão das ações planejadas;
- (E) situação, missão, execução, administração e ligação.

54

A Segurança de Recursos Humanos (SRH) é o conjunto de ações e procedimentos dirigidos para todo o pessoal que trabalha na instituição, em qualquer escalão, a fim de assegurar comportamentos adequados à salvaguarda de dados e conhecimentos sigilosos. A SRH atua em três dimensões: no processo seletivo, no desempenho profissional e no desligamento.

A respeito do processo seletivo, deve-se adotar especial atenção quanto:

- (A) à possibilidade de uma ação adversa de infiltração que venha a comprometer a instituição;
- (B) às medidas voltadas para a salvaguarda das instalações institucionais;
- (C) às vulnerabilidades do funcionário no momento em que deixa a instituição;
- (D) às ações que devem ser realizadas após a nomeação e posse no cargo;
- (E) à implementação de demarcações das áreas consideradas sigilosas para a instituição.

55

O agente de segurança pessoal de uma autoridade é aquele que recebe uma atribuição específica, quanto à atividade ou missão a ser desempenhada. Ele integra ou age em proveito da equipe de segurança pessoal.

Esse agente tem, dentre outras, as seguintes atribuições:

- (A) planejar os itinerários e deslocamentos e coordenar as atividades de campo;
- (B) atribuir setores de observação e cobrir uma possível evacuação da autoridade;
- (C) posicionar-se de modo a proteger a autoridade e evacuar-lhe nos casos de emergência ou perigo;
- (D) exercer uma função técnica e antecipar a atuação do módulo de segurança;
- (E) exercer uma função técnica e conduzir os veículos destinados à autoridade.

56

As vulnerabilidades são as deficiências ou falhas do sistema de segurança que favoreçam qualquer ação contra a autoridade. Elas se dividem em rotina, improvisação, desmotivação, despreparo profissional, falta de informações e falta de interação entre a autoridade e o sistema de segurança.

Na categoria improvisação, no que se refere à vulnerabilidade, é correto afirmar que:

- (A) a rotina e a desinformação geram a desatenção dos agentes de segurança, acarretando consequências negativas ao sistema de segurança;
- (B) o conhecimento antecipado e a análise detalhada da programação são uma imposição que não se pode delegar ou relegar;
- (C) toda atividade da autoridade divulgada e de conhecimento público se torna um dado para o planejamento de ações adversas;
- (D) a capacitação adequada dos agentes de segurança minimiza a negligência, a imperícia, a imprudência e a possibilidade de insucesso;
- (E) a falta de informações leva o sistema de segurança a atuar sem objetividade.

57

A segurança de instalações consiste no grupo de medidas voltadas para a segurança física dos locais em que ocorram atividades humanas ou nos quais são elaboradas, tratadas, manuseadas ou guardadas informações e materiais, com a finalidade de salvaguardá-los. As possíveis medidas voltadas para a segurança de instalações são, dentre outras, a demarcação de áreas, a implantação de barreiras, o estabelecimento de linhas de proteção e a adoção de controle de acesso.

A respeito da implantação de barreiras, é correto afirmar que:

- (A) são implantadas para impedir ou dificultar o ingresso de pessoas não autorizadas e permitir um efetivo controle de circulação de pessoas;
- (B) identifica as áreas de acesso restrito, por meio de sinalizações de fácil entendimento, apresentando-se como um primeiro elemento dissuasor à quebra de segurança;
- (C) compartimentam ambientes, salas e corredores. Além disso, definem acessos de maior ou menor restrição para os integrantes dotados de credencial de segurança;
- (D) os serviços de suporte e de equipamentos são instalados de forma a evitar acesso que possa vir a comprometer a proteção da informação;
- (E) os interruptores elétricos devem estar localizados próximos às saídas de emergência, de modo a facilitar o desligamento em caso de necessidade.

58

O sistema de controle de acesso tem por objetivo prevenir o comprometimento, em termos gerais, das informações e instalações físicas da instituição. Ela atua em combinação com um sistema de monitoramento eletrônico que se destina a registrar, prevenir e detectar intrusão ou violação com o emprego de, entre outros, sensores infravermelhos, imagens, fotoelétricos de proximidade ou a combinação de mais de um deles.

O sistema de monitoramento eletrônico possui três elementos básicos: dispositivos de detecção, sistemas de transmissão e sistema de monitoramento.

Os dispositivos de detecção são equipamentos usados para:

- (A) transmitir um sinal de alarme;
- (B) registrar acessos;
- (C) indicar a presença de pessoas;
- (D) evitar cortes de energia elétrica;
- (E) proteção contra raios.

59

A segurança da informação consiste no grupo de medidas destinado a garantir confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade em todo o ciclo de vida da informação. Alguns doutrinadores acrescentam ainda a irretratabilidade, a inviolabilidade e a atualidade da informação.

A respeito da autenticidade, é correto afirmar que:

- (A) garante o sigilo para os dados ou informações armazenadas, em processamento ou em trânsito;
- (B) facilita a recuperação ou a acessibilidade de dados ou informações;
- (C) assegura a incolumidade de dados ou informações na origem, no fluxo e no destino;
- (D) garante que os meios de proteção da informação não sejam violados;
- (E) assevera que o dado ou informação são verdadeiros e fidedignos tanto na origem quanto no destino.

60

A segurança da informação na documentação consiste no subgrupo de medidas aplicadas à documentação, que se destinam a evitar o seu comprometimento, visando à salvaguarda de dados, informações ou conhecimentos, de caráter sigiloso ou não, que devam ser protegidos. Os documentos, historicamente, constituem o suporte mais comum das informações, tornando-se alvos permanentes das ações hostis.

Em relação às condutas preventivas com o objetivo de mitigar vulnerabilidades e ameaças na segurança da informação na documentação, dentre outras, é correto afirmar que:

- (A) asseguram comportamentos, no público interno, adequados à vida privada e funcional;
- (B) realizam varreduras periódicas, para identificar dispositivos não autorizados conectados;
- (C) asseguram o controle de reproduções e o controle de custódia;
- (D) focam na ação hostil que atente contra a integridade física de integrantes do público interno;
- (E) combatem a desinformação, pela possibilidade de influenciar o processo de tomada de decisão.

61

A prevenção de incêndios é o conjunto de normas e ações adotado na luta contra o fogo, procurando a forma de eliminar as possibilidades de sua ocorrência, bom como de reduzir sua extensão, quando ele se torna inevitável, mediante o auxílio de equipamentos racionalmente localizados e com pessoas habilitadas a utilizá-los.

Uma das maiores preocupações durante uma emergência é a retirada das pessoas, o mais rápido possível, sem nenhum tipo de acidente ou incidente, de dentro do local sinistrado para um ambiente seguro. Esse procedimento é chamado de “abandono de local”.

Para uma adequada execução do “abandono de local”, é necessário treinamento periódico além de realização de palestras para todos os funcionários visando a orientá-los a respeito de procedimentos gerais a serem seguidos. A brigada de incêndio da instituição e aqueles que atuam na segurança orgânica são peças fundamentais.

Deve-se orientar o público para que adote procedimentos gerais de segurança nesse tipo de evento, tais como:

- (A) usar sempre os elevadores;
- (B) retornar a sua sala caso tenha esquecido algo;
- (C) retirar as roupas do corpo para ficar mais leve;
- (D) tocar a porta com a mão, caso esteja quente e abri-la;
- (E) manter a calma evitando tumulto e pânico.

62

Quanto ao material que se queima, em geral, a doutrina brasileira indica uma classificação clássica que estabelece quatro classes de incêndio: “A”, “B”, “C” e “D”.

A classe de incêndio “B” diz respeito a fogos em materiais:

- (A) líquidos, combustíveis ou inflamáveis;
- (B) sólidos de maneira geral;
- (C) pirofóricos;
- (D) energizados;
- (E) de descarga elétrica.

63

Os métodos de extinção do fogo são baseados na eliminação de um ou mais dos elementos do tetraedro do fogo, que substituiu o antigo triângulo do fogo. Como métodos de extinção, temos a retirada do material, o abafamento, o resfriamento e a extinção química.

A respeito do método de extinção do fogo por abafamento, é correto afirmar que consiste na:

- (A) retirada do combustível que ainda não queimou ou mesmo a separação do combustível que ainda queima;
- (B) introdução de substâncias que inibem a capacidade reativa do comburente com o combustível para interromper a reação;
- (C) redução da temperatura do combustível que está em queima;
- (D) interrupção do fornecimento do comburente da reação;
- (E) forma mais simples de combate a incêndios.

64

Os aparelhos extintores contêm, em seu interior, um agente extintor e um método de expedição desse agente para combater princípios de incêndio. São classificados para uso conforme a classe de incêndio a que se destinam: "A", "B", "C" e "D". Todos os extintores possuem, em seu corpo, um rótulo de acordo com o sistema internacional de identificação, no qual constarão as classes de incêndio para as quais são indicados.

Um extintor a ser empregado no combate a incêndio classe "A" será identificado por meio de um(a):

- (A) quadrado vermelho;
- (B) triângulo verde;
- (C) círculo azul;
- (D) estrela amarela;
- (E) retângulo roxo.

65

O sistema de inteligência se estrutura por meio de agências de inteligência (AI) que possuem como objetivo principal atuar, dispondo de conhecimentos de inteligência, no assessoramento para a tomada de decisão de uma autoridade. O canal técnico, dentro do sistema de inteligência, foi criado para facilitar a troca de conhecimentos e para atender ao princípio da oportunidade, estabelecendo as ligações diretas entre as AIs, sem criar vínculos orgânicos ou de chefias. São, apenas, ligações formalizadas pela difusão de documentos de inteligência padronizados, enviando e recebendo conhecimentos. Uma AI não se subordina, hierarquicamente, a nenhuma outra. A doutrina classifica as agências de inteligência em três tipos: efetivas, especiais e afins.

A respeito de uma agência de inteligência especial, é correto afirmar que:

- (A) não pertence à estrutura organizacional do Poder Executivo da União ou da unidade Federativa, mas pode produzir conhecimentos do interesse do Estado ou da segurança pública;
- (B) pertence à estrutura organizacional do Poder Executivo da União ou da unidade Federativa e participa, diretamente ou indiretamente, na produção de conhecimentos de interesse do Estado ou da segurança pública;
- (C) pertence à estrutura organizacional do Poder Executivo da União ou da unidade Federativa e participa, diretamente, na produção de conhecimentos de interesse do Estado ou da segurança pública;
- (D) pertence à estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal e participa, diretamente, na produção de conhecimentos de interesse do Estado ou da segurança pública;
- (E) poderá integrar os sistemas de inteligência mediante o estabelecimento de termos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres.

66

A principal função da atividade de inteligência é assessorar o processo de tomada de decisão pela autoridade por meio de subsídios – conhecimentos de inteligência. A doutrina indica que esse trabalho de assessoria da atividade de inteligência ocorre em três níveis: estratégico, tático e operacional. Alguns autores defendem, ainda, a assessoria no nível político.

A respeito do nível estratégico, em geral, é correto afirmar que essa atividade assessoradora:

- (A) o planejamento, o acompanhamento e a execução de ações operacionais;
- (B) o acompanhamento e a execução das ações para implementação das políticas públicas;
- (C) o acompanhamento do processo seletivo de novos funcionários;
- (D) o planejamento de medidas de proteção a áreas e instalações institucionais;
- (E) o planejamento para implementação de políticas públicas.

67

De acordo com a doutrina de inteligência, o informe e a informação também são nomes dados aos “tipos de conhecimento”. Dessa forma, os tipos de conhecimento produzidos são o informe, a informação, a apreciação e a estimativa.

O tipo de conhecimento denominado “informação” é resultante:

- (A) de raciocínio elaborado que expressa o seu estado de opinião frente à verdade, sobre fato ou situação passados e/ou presentes;
- (B) de raciocínio elaborado que expressa o seu estado de opinião sobre a evolução futura de um fato ou situação;
- (C) de raciocínio elaborado que expressa o seu estado de certeza frente à verdade, sobre fato ou situação passados e/ou presentes;
- (D) de juízo formulado, que expressa o seu estado de certeza, opinião ou de dúvida frente à verdade sobre fato ou situação passados e/ou presentes;
- (E) da realização de estudos especiais, necessariamente auxiliados por métodos e técnicas prospectivas.

68

A produção de conhecimento ocorre por meio de metodologia específica, transformando dados em conhecimentos, com a finalidade de assessorar os usuários no processo decisório.

A respeito da produção do conhecimento, é correto afirmar que:

- (A) o perfil do usuário final não é considerado no desenvolvimento dos trabalhos;
- (B) o encaminhamento do conhecimento produzido ao tomador de decisão recebe o nome de difusão;
- (C) técnicas operacionais são empregadas para a obtenção de dados abertos;
- (D) prévia autorização judicial ou parecer do Ministério Público são exigidos em qualquer fase;
- (E) o estabelecimento de prioridades é desnecessário, pois elas surgem no desenvolvimento dos trabalhos.

69

A política nacional de segurança do Poder Judiciário é regida pelos princípios e diretrizes estabelecidos em Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e será executada pelo Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (SINASPJ).

Segundo as disposições da Resolução nº 435/2021 do Conselho Nacional de Justiça, é uma diretriz da política nacional de segurança do Poder Judiciário o(a):

- (A) fortalecimento da atuação do CNJ na governança das ações de segurança institucional do Poder Judiciário, por meio de identificação, avaliação, acompanhamento e tratamento de questões que lhe sejam afetas;
- (B) atuação preventiva e proativa, buscando a antecipação e a neutralização de ameaças, violências e quaisquer outros atos hostis contra o Poder Judiciário;
- (C) preservação da vida e a garantia dos direitos e valores fundamentais do Estado Democrático de Direito;
- (D) gestão de riscos voltada à proteção dos ativos do Poder Judiciário;
- (E) efetividade da prestação jurisdicional e a garantia dos atos judiciais.

70

A Resolução nº 383/2021 do Conselho Nacional de Justiça instituiu o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário (SInSIPJ), com a finalidade de subsidiar o processo decisório relacionado à segurança institucional, por meio da produção e salvaguarda de conhecimentos realizados pela atividade de inteligência.

Considerando as disposições da Resolução nº 383/2021 do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar que o(s):

- (A) Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal integram o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário (SInSIPJ) como órgãos de cúpula;
- (B) Tribunais Regionais Federais integram o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário (SInSIPJ) como órgãos centrais;
- (C) Conselho da Justiça Federal integra o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário (SInSIPJ) como órgão de coordenação;
- (D) Superior Tribunal de Justiça integra o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário (SInSIPJ) como órgão de cúpula;
- (E) Supremo Tribunal Federal integra o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário (SInSIPJ) como órgão central.

71

Joana respondeu, em juízo, pela suposta prática de infração penal de menor potencial ofensivo. Finda a instrução processual, após a observância do contraditório e da ampla defesa, a denunciada foi condenada, mas a sentença continha clara contradição, constatada pela defesa técnica.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, Joana poderá:

- (A) opor embargos de declaração, os quais serão julgados por turma composta de cinco juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do juizado;
- (B) interpor agravo de instrumento, os quais serão julgados por turma composta de cinco juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do juizado;
- (C) interpor recurso em sentido estrito, por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão;
- (D) opor embargos de declaração, por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão;
- (E) opor embargos de declaração, os quais interromperão o prazo para a interposição de recurso.

72

João, após tomar posse no cargo de inspetor de polícia judicial, resolveu analisar, nas nuances, a Resolução nº 344/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.

Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 344/2020 do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) o uso desnecessário e/ou imoderado da força física pelos agentes e inspetores da polícia judicial, assim como qualquer desproporcionalidade, abusos ou omissões constituem infração funcional a ser apurada em procedimento específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções cíveis ou penais cabíveis;
- (B) é atribuição dos agentes e inspetores da polícia judicial, assegurado o poder de polícia, zelar pela segurança dos ministros do Supremo Tribunal Federal, dos ministros dos Tribunais Superiores, dos membros dos Conselhos e dos presidentes dos tribunais, em todo o território nacional e no exterior;
- (C) os agentes e inspetores da polícia judicial utilizarão carteira de identidade funcional padronizada por ato próprio, documento que possuirá fé pública adstrita à unidade federativa onde exercem as funções, e registrará a informação do desempenho por eles da atividade de polícia judicial;
- (D) é atribuição dos agentes e inspetores da polícia judicial, assegurado o poder de polícia, realizar investigações preliminares de interesse institucional, mediante prévia comunicação à presidência do tribunal;
- (E) os agentes e inspetores da polícia judicial, havendo flagrante delito nas dependências dos tribunais, chamarão, incontinenter, a autoridade policial competente para dar voz de prisão ao autor do fato.

73

Jonas, jurisdicionado, tentou ingressar na sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região na posse de item proibido, ocasião em que Lucas, agente público competente, o abordou. Jonas, então, agindo dolosamente, se opôs à execução do ato legal, mediante ameaça ao referido servidor, que realizava a fiscalização devida. De qualquer forma, após a contenção do jurisdicionado, o ato foi executado normalmente, em observância às formalidades legais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Jonas responderá pelo crime de:

- (A) desobediência, na modalidade qualificada, pois a conduta praticada envolveu o emprego de ameaça;
- (B) resistência, na modalidade qualificada, pois a conduta praticada envolveu o emprego de ameaça;
- (C) desobediência, na modalidade simples;
- (D) resistência, na modalidade simples;
- (E) desacato, na modalidade simples.

74

De acordo com a Resolução nº 435/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (SINASPJ) é coordenado pelo seu comitê gestor, voltado à execução de medidas, protocolos e rotinas de segurança institucional.

Segundo as disposições da Resolução nº 435/2021 do Conselho Nacional de Justiça, o comitê gestor, constituído no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, é integrado por(pelo):

- (A) um magistrado de carreira representante da Justiça dos estados e do Distrito Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- (B) um magistrado de carreira representante da Justiça Federal, indicado pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça;
- (C) um servidor efetivo do quadro permanente do Poder Judiciário, indicado pelo Conselho da Justiça Federal;
- (D) diretor do Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário;
- (E) Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, que o presidirá.

75

A Lei nº 10.741/2003 consignou, expressamente, que a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o Estatuto do Idoso, sendo-lhe asseguradas, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Dessa forma, em um contexto protetivo, a legislação de regência prevê um procedimento de apuração de irregularidade em entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa.

Segundo as disposições da Lei nº 10.741/2003 sobre a matéria, é correto afirmar que:

- (A) havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade ou outras medidas que julgar adequadas, para evitar lesão aos direitos da pessoa idosa, mediante decisão fundamentada;
- (B) em se tratando de afastamento provisório ou definitivo de dirigente de entidade governamental, a autoridade judiciária oficiará a autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, fixando-lhe prazo de quarenta e oito horas para proceder à substituição;
- (C) o procedimento de apuração de irregularidade em entidade governamental e não governamental de atendimento à pessoa idosa terá início mediante iniciativa do Ministério Público, vedada a deflagração a partir de manifestação de pessoa interessada;
- (D) iniciado o procedimento de apuração de irregularidade em entidade de atendimento à pessoa idosa, o seu dirigente será citado para, no prazo de quinze dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir;
- (E) antes de aplicar qualquer das medidas, a autoridade judiciária poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas. Satisfeitas as exigências, o processo será extinto, com julgamento do mérito.

76

Matheus compareceu a uma agência bancária da Caixa Econômica Federal para participar de uma reunião com a gerente Maria. Durante as conversas, Matheus, dolosamente, tentou induzir a funcionária em erro, empregando, para tanto, meio fraudulento, com o objetivo de obter, para si, vantagem ilícita, no valor de cinco mil reais, em prejuízo da estatal. Contudo, o crime, embora tenha ingressado na esfera da execução, não se consumou, por circunstâncias alheias à vontade do agente, sem que se possa cogitar na caracterização do crime impossível.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Matheus responderá pela tentativa de:

- (A) apropriação indébita privilegiada;
- (B) apropriação indébita simples;
- (C) furto simples privilegiado;
- (D) estelionato simples;
- (E) furto simples.

77

Catarina, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, anunciou obras na estrutura dos edifícios públicos geridos pelo Poder Judiciário estadual, com o objetivo de afastar qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça a participação social das pessoas com deficiência, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento, entre outras.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, Catarina anunciou obras que buscam superar, em benefício das pessoas com deficiência, barreiras:

- (A) nos transportes;
- (B) arquitetônicas;
- (C) tecnológicas;
- (D) urbanísticas;
- (E) atitudinais.

78

A Lei nº 10.741/2003 dispõe sobre o Estatuto do Idoso, consagrando diversas normas que buscam tutelar os direitos da pessoa idosa, inclusive no que se refere ao acesso à Justiça, verdadeiro direito fundamental.

Nesse cenário, segundo as disposições da Lei nº 10.741/2003, é correto afirmar que:

- (A) a prioridade na tramitação dos processos em favor da pessoa idosa deverá ser observada pela Administração Pública em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, benefício não extensível, por força de lei, a processos e procedimentos que tramitem junto a concessionárias e prestadoras de serviços públicos;
- (B) é assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, em qualquer instância;
- (C) a prioridade na tramitação dos processos em favor da pessoa idosa cessará com a morte do beneficiado, vedada a extensão em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 anos;
- (D) a prioridade na tramitação dos processos em favor da pessoa idosa é automática, sendo prescindível a formulação de requerimento, para o gozo do benefício, direcionado à autoridade judiciária competente para decidir o feito;
- (E) dentre os processos de pessoas idosas, dar-se-á prioridade especial aos das maiores de 70 anos.

79

Após obter uma decisão desfavorável no âmbito de um processo administrativo que tramitou junto à Administração Pública Federal, João começou a perseguir, reiteradamente e de forma dolosa, Matheus, autoridade responsável pela tomada da decisão, invadindo e perturbando sua esfera de privacidade, além de restringir a sua capacidade de locomoção.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João responderá pelo crime de:

- (A) intimidação sistemática, o qual está submetido à ação penal pública condicionada à representação do ofendido;
- (B) perseguição, o qual está submetido à ação penal pública condicionada à representação do ofendido;
- (C) intimidação sistemática, o qual está submetido à ação penal pública incondicionada;
- (D) perseguição, o qual está submetido à ação penal pública incondicionada;
- (E) perseguição, o qual está submetido à ação penal de iniciativa privada.

80

Após ser exonerado do cargo em comissão até então ocupado, João, agindo com dolo e com o objetivo de se vingar, afirmou para um colega que o juiz federal com quem trabalhava teria, na semana anterior, solicitado dez mil reais para proferir sentença em favor do jurisdicionado Caio, muito embora soubesse ser falsa a acusação.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João responderá pelo crime de:

- (A) difamação simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, por ter sido praticado contra funcionário público, em razão de suas funções;
- (B) calúnia simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, por ter sido praticado contra funcionário público, em razão de suas funções;
- (C) injúria simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, por ter sido praticado contra funcionário público, em razão de suas funções;
- (D) injúria qualificada, por ter sido praticado contra funcionário público, em razão de suas funções, sem causas de aumento de pena;
- (E) calúnia qualificada, por ter sido praticado contra funcionário público, em razão de suas funções, sem causas de aumento de pena.

Prova Discursiva

Problemas do país

Se você se pergunta quais são os três maiores problemas sociais no Brasil hoje, nossa resposta é que são muito mais que esse número. Pobreza, desemprego, desigualdade de oportunidades, racismo e desnutrição são alguns dos principais problemas sociais no Brasil. Podemos citar também a habitação precária, a discriminação no emprego, o abuso e negligência infantil e tantos outros.

Considere os seguintes tipos de problemas sociais com os quais nosso país se depara diariamente: saúde, moradia, educação, desemprego, drogas, violência, saneamento básico, desigualdade social, trabalho infantil, fome, desmatamento e racismo.

Na sua opinião, qual desses problemas é o mais grave no nosso país e que medidas podem ser tomadas para reduzir suas consequências? Diga o que você pensa a respeito em um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta.

Valor: 20 pontos

Mínimo de 15 e máximo de 20 linhas.

1

5

10

15

20

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

